



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011842-18.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Antonio Marcos Valin**
 Requerido: **Fivex Administradora de Bens e outros**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

ANTONIO MARCOS VALIN propôs ação de indenização por dano material e moral em face de **FIVEX ADMINISTRADORA DE BENS LTDA**. Preliminarmente, pleiteou pelos benefícios da justiça gratuita, deferidos à fl.105. Pugnou pelo reconhecimento da conexão deste feito com o processo nº 1007307-46.2017.8.26.0566, em trâmite perante a 4ª Vara Cível desta comarca. No mérito, alegou que foi empregado da requerida no período de 01.07.2013 a 05.06.2015 sendo que, finda a relação de trabalho, negociou com a ré a compra do veículo caminhonete GM S10 ano 2010, melhor descrito na inicial. Alegou que a negociação se deu no montante de R\$ 51.800,00, pagos através de um veículo no valor de R\$35.000,00, além do montante de R\$16.800,00, em dinheiro. Informou que não houve entrega do documento para a transferência do veículo, que inclusive se encontrava alienado fiduciariamente, sem que o autor tivesse conhecimento. A entrega do recibo e reconhecimento de firma pelo cartório de Títulos se deu apenas em novembro de 2016, ainda que com a data de janeiro de 2016. Afirmou que, nesse momento, a requerida informou que o financiamento já havia sido quitado, no entanto o veículo foi posteriormente apreendido nos autos da busca e apreensão movida diante da inadimplência. Alegou que passou por situação vexatória com a apreensão do bem. Requereu a condenação da requerida no importe de R\$ 51.800,00 pelos danos materiais e ao pagamento de valor à ser arbitrado pelo juízo, a título de danos morais.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 13/97.

Deferida a gratuidade à fl. 105.

Citada (fl. 202), a requerida deixou de apresentar contestação (fl. 233).

Adveio contestação de Ícaro José Massoli (fls. 212/218) sócio da requerida, não analisada a teor do quanto decidido às fls. 219 e 230.

Réplica às fls. 223/227.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832 – RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Conquanto regularmente citada (fl. 202), a requerida se manteve inerte e não contestou o feito. Assim, deve se submeter aos efeitos da revelia, nos termos do art. 344, do CPC. *In verbis*: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".

Ficando incontroversos os fatos alegados na petição inicial, resta apenas a análise quanto ao direito do requerente, o que deve ser feito, já que a revelia não induz necessariamente à procedência.

Pois bem, em que pese as alegações do autor não veio aos autos documentos comprobatórios dos fatos alegados e tampouco a prova do pagamento pela compra do veículo, o que era sua obrigação e que aliás, se daria muito facilmente através do documento de transferência do veículo de sua esposa e dos comprovantes do suposto pagamento em dinheiro.

Anote-se, entretanto, que o negócio jurídico firmado – compra e venda do automóvel descrito na inicial – está comprovado através do documento de fl. 21.

Ao contrário do que alega o autor, ao que se pode verificar pelo documento de venda do veículo acima referido, a transação se deu pelo valor de R\$40.000,00 e não R\$51.800,00. Ademais, tinha plena consciência de que o veículo se encontrava alienado, já que tal informação consta claramente no documento em questão.

Fato é que, ao negociar com a requerida, assumiu riscos de possível apreensão do bem, gravado com cláusula de alienação fiduciária. Aliás, é costumeiro nesse tipo de contratação cláusula específica indicando a impossibilidade de venda do bem financiado sem a expressa aquiescência da financeira que, por óbvio, deve avaliar as condições financeiras do novo mutuário, a fim de constatar se deseja ou não a nova contratação.

Nesse sentido, indevida a transação mencionada pelo autor em sua inicial, já que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

não poderia sequer ter sido realizada a transferência do bem a terceiro. No entanto, tendo aceitado a negociação de veículo alienado sem constatar previamente a veracidade da suposta alegação da requerida, de que teria quitado o financiamento, deve arcar com as consequências de sua desídia.

Nesse sentido o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

Apelação. Ação de indenização por danos materiais e morais. Aquisição de veículo com gravame de alienação fiduciária anterior à venda. Preliminar de nulidade da sentença afastada. Negligência do comprador. Falta de diligência e cautela quando da celebração do contrato de compra e venda do veículo. Inexistência de ato ilícito praticado pelo réu. Danos materiais e morais indenizáveis não configurados. Sentença de improcedência mantida (art. 252 do RITJSP). Recurso desprovido. (TJSP; Apelação 0080950-67.2008.8.26.0114; Relator (a): Cesar Ciampolini; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 7ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 03/12/2013; Data de Registro: 04/12/2013).

Além disso, não veio aos autos sequer prova dos termos da negociação. Assim, a existência de aditivo de renegociação de dívida firmado entre a requerida e a financeira, posterior à compra do veículo (fls. 49/50) nada comprovam.

A busca e apreensão do veículo se deu, ao que parece, de maneira correta, diante do inadimplemento contratual junta à financeira, sendo inexistente o dano moral alegado. O autor, quando aceitou a venda do bem gravado com cláusula de alienação fiduciária assumiu o risco das consequências advindas da inadimplência, sendo o que basta.

Nesse sentido o E. TJSP:

Bem móvel - Compra e venda de veículo gravado em alienação fiduciária - Descumprimento contratual por parte do réu - Reconhecimento - Rescisão contratual e retorno das partes ao status quo ante - Necessidade. Evidenciado o descumprimento contratual por parte do requerido, a declaração de rescisão do ajuste firmado e a restituição das partes ao status quo ante, com a determinação de devolução do veículo envolvido no negócio é medida de rigor. **Dano moral Inocorrência. Não cabe condenação por danos morais, pois tendo o autor negociado veículo gravado com alienação fiduciária, assumiu o risco de que eventual inadimplência do comprador pudesse acarretar a interposição de ação pela instituição financeira, visando à busca e apreensão do bem.** Recurso provido em parte. (TJSP; Apelação 0103764-89.2006.8.26.0002; Relator (a): Orlando Pistoiresi; Órgão Julgador: 30ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II - Santo Amaro - 6ª Vara Cível; Data do Julgamento: 19/10/2011; Data de Registro: 21/10/2011).

Desse modo, e considerando que cabia ao autor verificar a situação jurídica do veículo antes de adquiri-lo, de rigor o desacolhimento dos pleitos.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, nos termos do art. 487,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

inciso I, do NCPC.

Condeno a parte autora ao pagamento das despesas e custas processuais, observando-se a gratuidade concedida (fl. 105). Deixo de fixar honorários advocatícios diante da não atuação de advogado em favor da parte ré.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo com as baixas necessárias.

P.I.

São Carlos, 16 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**